

Empresas de saúde estão ameaçadas

■ Credenciamento pode ser cancelado no dia 24 se não atenderem a todas as doenças,

BRASÍLIA — Com 32 milhões de filiados e faturamento anual de US\$ 8 bilhões, as empresas que oferecem plano privado de saúde e seguro-saúde podem ser descredenciadas a partir do dia 24, pelo Conselho Federal de Medicina, por não terem atendido o prazo de 60 dias para cumprimento da resolução 1.401/93, que as obriga a prestar atendimento médico a todo e qualquer tipo de doença. As principais empresas do setor estão negociando com o Conselho, desde segunda-feira, a possibilidade de se prorrogar o prazo por mais 30 dias. Hoje, às 8 h, a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde, que tem 2,6 milhões de filiados, vai levar sua proposta ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Publicada no Diário Oficial da

União de 24 de novembro, a resolução tenta inserir, na relação dos assistidos pelos planos privados de saúde, os portadores de doenças infecto-contagiosas, sobretudo os aidéticos. A resolução também defende a liberdade do paciente para a escolha do médico e de médico escolher os meios de diagnosticar a doença, além de uma digna remuneração pelo trabalho. A resolução prevê que, ao final do prazo de 60 dias, as empresas que não cumprirem as determinações terão cancelados os registros no CFM e seus diretores técnicos serão enquadrados no Código de Ética Médica, ficando impedidos de clinicar.

Ontem à tarde, em Brasília, o presidente do CFM, Ivan de Araújo Moura Fé, reuniu-se com o pre-

sidente da Federação das Unimed Edmundo Castilho, que propôs o dilatação do prazo. No Rio, o vice-presidente de Operações da Golden Cross, Edgard Mário Berger, disse estar mantendo contatos diários com outras entidades do setor para que todas tenham condições de cumprir a resolução. Questionado sobre o porquê de a Golden Cross não prestar assistência a portadores de Aids, Edgard respondeu que os hospitais conveniados ainda não dispõem de espaço físico para atender a pacientes que necessitem de total isolamento. No entanto, disse estar trabalhando no sentido de o problema ser resolvido sem que haja a necessidade da cassação de registros no CFM.